

20/10/2020

APEOESP

121

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

ASSEMBLEIA POPULAR APROVA GREVE EM DEFESA DA VIDA E CONTRA A VOLTA ÀS AULAS PRESENCIAIS

No último sábado, 17/10, APEOESP realizou Assembleia Popular Regionalizada que contou com a participação de professores, estudantes, pais/mães e funcionários das escolas.

De suma importância foi a participação das entidades: AFUSE, CPP, CUT, UNE, UPES, UBES, FETE, SISMAR.

A Assembleia Popular Regionalizada, em virtude da pandemia e após debate em torno da situação das escolas, levando em conta que o governo não investiu na estrutura das unidades escolares, decidiu que não haverá volta às aulas presenciais em 2020.

Todas as vidas importam

A Assembleia Popular Regionalizada foi organizada em blocos, na Capital/Grande São Paulo e Interior, de acordo com as subsedes da APEOESP, para permitir melhor debate das propostas.

Secretaria de Comunicação

Os participantes reafirmaram que a prioridade é a defesa da vida e que, portanto, impor a volta às aulas presenciais em plena pandemia é uma atitude irresponsável e criminoso. Voltar às escolas, somente com a plena garantia de que professores, estudantes e funcionários não estejam expostos à contaminação.

Em caso da ocorrência de contágio ou óbitos decorrentes da volta às escolas durante a pandemia, todos os governantes e agentes públicos que tenham contribuído com suas decisões para essas ocorrências serão responsabilizados.

É necessário, assim, que se estabeleça o diálogo entre o governo, autoridades sanitárias, entidades de professores, estudantes, funcionários, pais/mães para determinar o momento seguro do retorno e todos os encaminhamentos que envolvem essa questão. A APEOESP tem cobrado desde abril a constituição de uma comissão paritária com esse objetivo.

Em defesa da vida, não à volta das aulas presenciais em 2020

A Assembleia Popular Regionalizada tomou as seguintes decisões:

- Realização de uma greve sanitária contra o retorno às aulas presenciais em 2020, mantendo-se professores e funcionários em teletrabalho, com o não comparecimento dos estudantes às escolas.
- Caso o governo imponha a volta às aulas presenciais, greve geral com suspensão de todas as atividades.

Subsedes devem formar Comitês

De suma importância foi a aprovação da constituição de comitês em cada subsede da APEOESP, com o objetivo de fiscalizar, acompanhar e denunciar aos órgãos públicos a real situação das escolas públicas.

Deliberou, também, pela criação de subcomitês em cada subsede, agrupando escolas de acordo com deliberação da subsede. Por exemplo, em subsede onde haja 60 escolas, poderá haver 10 subcomitês com 6 escolas cada um ou 6 subcomitês com 10 escolas cada.

Ficou deliberado também que professores, pais/mães, estudantes e funcionários integrarão os subcomitês.

A Sede Central atuará como comitê central, para receber os dados dos comitês.

Cada subsede deve se reunir nesta semana para informar a constituição de seus subcomitês à Sede Central, que providenciará espaço no portal da APEOESP na Internet para essa divulgação.

Face o debate ocorrido, ficou evidente que não há condições para o trabalho presencial nas escolas. Qualquer volta só pode acontecer após o controle da pandemia. No Brasil já há 154.226 mortes por Covid-19. Já são 5.251.127 casos da doença registrados. A média atual é de 502 mortos dia.

Essa média de 502 mortes diárias não pode ser considerada como indicativo de que já há segurança para a volta das atividades presenciais. Muito pelo contrário, esse número indica que a situação ainda é grave!

Vamos manter vigilância permanente nas escolas. Os comitês e subcomitês deverão observar nas escolas ao menos o seguinte:

- Condições arquitetônicas do prédio (banheiros adequados, ventilação, torneiras de bebedouro, etc).
- Distanciamento social seguro, de acordo com as orientações das autoridades sanitárias.
- Higienização periódica especializada com empresas contratadas para este fim.
- Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
- Distribuição de EPI nas escolas.
- Merenda de qualidade nutricional adequada e adequado manuseio, em quantidade suficiente.

- Modalidade, condições, higienização, distância social, uso de EPI no transporte utilizado pelos alunos e professores para o acesso à escola.
- Existência ou não de pessoas do grupo de risco entre estudantes e professores que retornaram às atividades presenciais.
- Existência de pessoas dos grupos de risco residindo com estudantes e professores que retornaram.
- Acompanhamento diário de casos de COVID-19 entre estudantes, professores e seus familiares que ocorreram após a volta.

Exigiremos, ainda, testagem em massa de toda a população e não aceitamos testes por amostragem, como quer o governo.

Foi reafirmado, também, que não aceitamos a reprovação dos estudantes e que, após a pandemia, seja oferecido um verdadeiro processo de recuperação, incluindo a contratação de mais professores.

Conforme decisão da Assembleia, buscaremos a máxima unidade da categoria, o envolvimento de toda a comunidade e de todas as centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais na luta contra a volta às aulas presenciais.

Defesa de toda a categoria: da ativa e aposentados, efetivos, contratados temporariamente (O, S e V)

Em relação à nossa categoria, Assembleia reafirmou a defesa de todas e todos, ressaltando a luta pela contratação justa de todos os professores temporários (O, S, V) e a defesa dos professores aposentados.

Assim, aprovou a continuidade da luta pela aplicação da estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação, que prevê que os professores contratados temporariamente tenham os mesmos direitos dos professores efetivos.

Indicou, também, a realização do Encontro Estadual de Professores Aposentados, para debater e deliberar encaminhamentos contra o

aumento da contribuição previdenciária dos aposentados, imposto pelo governo Doria após a aprovação da reforma da previdência estadual na Alesp, em março.

A esse respeito, anexamos novamente o Boletim APEOESP Informa Urgente 120 para sua leitura.

PEI/ensino médio: deliberação do conselho de escola tem que ser respeitada

A Assembleia, em seus diversos blocos regionais, reafirmou posicionamento contra o Projeto de Ensino Integral (PEI), conforme vem sendo imposto pela SEDUC e contra a implementação do “novo ensino médio” aprovado durante o governo golpista e ilegítimo de Michel Temer.

Será desenvolvido um processo de debates sobre PEI/ensino médio, no qual se pretende fortalecer os conselhos de escola como os legítimos órgãos de decisão e gestão escolar, com participação democrática de todos os segmentos da comunidade escolar.

Propostas indicativas serão deliberadas pela APEOESP

Todas as demais propostas indicativas apontadas pela Assembleia Popular Regionalizada serão enviadas na forma de relatórios para a Diretoria da APEOESP, que deliberará sobre elas e fará os devidos encaminhamentos.